

Os primeiros engenhos e o início da produção de açúcar na Capitania do Rio Grande do Norte

Luana Honório Cruz¹

Contato: luanacruz.arq@gmail.com

Linha de pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo

INTRODUÇÃO

A economia açucareira, que teve início na segunda metade do século XVI, foi o verdadeiro sentido da colonização portuguesa do Brasil, pois foi apenas com o cultivo da cana e a produção do açúcar, que Portugal passou a ocupar de forma permanente e sistematizada o território brasileiro, deslocando a base da colonização da pura extração de riquezas naturais para a criação local de riquezas. Assim, com a vinda dos colonos portugueses, foram instalados os primeiros engenhos de açúcar na costa litorânea brasileira, dando início ao ciclo do açúcar no Brasil. A produção de açúcar no Rio Grande do Norte sempre foi modesta se comparada a de outras Capitanias, como Pernambuco e até mesmo a Paraíba. Mesmo assim, a agroindústria açucareira ocupou uma importante região do território norte-rio-grandense, o litoral oriental, e, ainda hoje, o açúcar é um dos principais produtos econômicos do estado. Mas, pouco se sabe sobre a produção de açúcar em terras potiguares, principalmente durante o período colonial.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo compreender a evolução da produção de açúcar no Rio Grande do Norte durante o período do Brasil Colônia. Trata-se dos resultados parciais da tese de doutorado que vem sendo desenvolvida pela autora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGAU/UFRN, sob orientação do professor Dr. Rubenilson Brazão Teixeira, sobre o papel dos engenhos de açúcar na formação e estruturação do território potiguar.

METODO

Para atingir tais objetivos, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema e iniciada a pesquisa documental, ainda em andamento, que teve como fontes primárias os manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande do Norte, digitalizados pelo Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco.

DESENVOLVIMENTO

Os primeiros engenhos de açúcar foram implantados no início do processo de ocupação e apropriação do território da Capitania do Rio Grande do Norteⁱⁱ pela Coroa Portuguesa. Em 1604, o segundo capitão-mor, Jerônimo de Albuquerque, concedeu uma extensa sesmaria aos seus filhos Antônio e Matias de Albuquerque no vale do rio Cunhaú, no atual município de Canguaretama, dando origem ao primeiro engenho da Capitania: o Engenho Cunhaúⁱ.

Não se sabe a data exata da construção do Engenho Cunhaú, mas documentos históricos apontam que em 1614 o mesmo já produzia açúcar. Segundo Paulo Pereira dos Santos (2010), em 1630, Cunhaú se configurava como um centro agroindustrial, produzindo seis a sete mil arrobas de açúcar, que era transportado para a Capitania de Pernambuco.

Esse complexo açucareiro era composto por dois setores: a lavoura de cana e o engenho de açúcar. A cana-de-açúcar era cultivada tanto nas terras dos engenhos quanto em terras de terceiros. E as terras dos engenhos podiam ser cultivadas pelos proprietários ou arrendadas a lavradores. Dessa forma, o engenho de açúcar possuía uma grande área de influência, moendo a cana não só das suas terras, mas de outras lavouras de cana pertencentes a colonos de menos posses, as chamadas terras de partido, que cultivavam suas lavouras de cana, mas não possuíam recursos suficientes para construir e manter um engenho.



Além do poder econômico dos proprietários dos engenhos, que controlavam as terras e as condições de produção, os senhores de engenho também possuíam poder político, controlando cargos nas câmaras municipais, e poder militar, organizando as tropas de segunda linha, as chamadas milícias, onde eram oficiais e indicavam agregados e dependentes para ocuparem cargos inferiores aos seus. Com sua posição de poder e prestígio, os senhores de engenho interferiam diretamente na vida da região e na própria vida política da Capitania.

Apesar da conquista do litoral oriental potiguar, as terras da Capitania continuariam sendo objeto de disputas entre nações européias. Visando restabelecer a sua posição no comércio através da conquista de áreas produtoras de açúcar, os holandeses fundaram em 1621 a Companhia das Índias Ocidentais e em 1630 conquistaram a Capitania de Pernambuco, que passou a ser sede do governo holandês. A partir daí, o domínio holandês ocuparia uma longa faixa da costa brasileira, se estendendo da Capitania de Sergipe Del Rei à do Rio Grande do Norte, dominando uma importante região produtora de açúcar por mais de vinte anos.

Com o apoio de grupos indígenas do sertão – os tapuias – os holandeses conquistaram efetivamente a Capitania do Rio Grande do Norte em 1633. Durante o período de ocupação holandesa, foi produzido um importante material sobre a situação da Colônia, publicado em 1647 no livro de Gaspar Barleus, intitulado *Rerum per octennium in Brasilia*, ou História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. O livro possui várias ilustrações, como o mapa elaborado por George Marcgraf intitulado *Praefecturae de Paraíba, et Rio Grande* (figura 01), que ilustra bem a configuração do território potiguar no início do século XVII. O mapa representa o território potiguar até então ocupado pelos portugueses, área esta que se restringia à faixa do litoral oriental da Capitania do Rio Grande do Norte que vai do rio Potengi ao Cunhaú. É possível identificar no mapa de Marcgraf dois engenhos de açúcar, sendo um engenho d'água nas margens do rio Cunhaú, o Engenho Cunhaú (figura 01), e outro engenho movido à tração animal nas margens do rio Potengi.

Além dos engenhos voltados para a produção de açúcar, produto de exportação da Coroa, o mapa de Marcgraf indica a existência de vários currais de gado no litoral oriental norte-rio-grandense. Também é possível identificar um rudimentar sistema de comunicação, com caminhos atravessando o litoral oriental e ligando as

principais povoações, currais de gado e engenhos de açúcar à Paraíba e a Pernambuco.



Figura 01: Trecho do mapa de Marcgraf com destaque para o Engenho Cunhaú.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Após a expulsão dos holandeses em 1654, Portugal retoma o seu projeto colonizador, consolidando a ocupação do litoral e expandindo as fronteiras das terras ocupadas para o sertão. E foi através da implantação de fazendas de gado que esta ocupação se deu. Nesse período, o gado se consolidou como o principal produto econômico da Capitania, atendendo às demandas do mercado interno por carne e por bois para força motriz dos engenhos.

Em oposição à criação de gado crescente, a produção de cana continuou modesta. A instalação de engenhos e a produção de açúcar era um empreendimento muito caro e complexo se comparado com a implantação de fazendas e a criação de gado. Além disso, a comercialização do açúcar dependia de uma infraestrutura mínima de escoamento da produção, bastante deficitária na Capitania do Rio Grande do Norte. Durante o período colonial, a Capitania contava apenas com pequenos portos e estradas de difícil tráfego. Além disso, não existia alfândega e outras estruturas administrativas que permitissem a comercialização direta com Portugal. Este comércio se



dava através da Capitania de Pernambuco, à qual a Capitania do Rio Grande do Norte estava subordinada.

Apesar das dificuldades, a produção de açúcar potiguar persiste com um pequeno número de engenhos e engenhocas. Em 1775, existiam na Capitania três engenhos na freguesia de Natal e vinte e duas engenhocas de rapadura e mel na freguesia de São José do Rio Grande, definindo assim, mesmo que de forma modesta, a vocação canavieira do litoral oriental potiguarⁱⁱⁱ.

Com a criação da alfândega de Natal em 1820, a Capitania do Rio Grande do Norte se liberta da subordinação à Pernambuco e passa a ter autonomia para importar e exportar produtos pelos seus portos^{iv}. Nesse contexto, a produção de açúcar em terras potiguares passa por incremento crescente, atingindo o seu auge em meados do século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de modesta, a produção de açúcar teve um papel importante na ocupação e estruturação do território potiguar.

No período colonial, os engenhos de açúcar serviram como instrumento do processo de colonização, contribuindo para a exploração, ocupação e defesa das terras potiguares, funcionando como ponto de apoio para a organização econômica, política e social do Brasil. Entretanto, o período áureo da produção de açúcar no Rio Grande do Norte não ocorreu durante o chamado ciclo da cana-de-açúcar dos séculos XVI e XVII, mas sim durante o século XIX. Mas, este é um tema para as próximas investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal, RN: EDUFRN, 1981.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Arquitetura do açúcar**: engenhos do recôncavo baiano no período colonial. São Paulo: Nobel, 1990.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2006.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 3. Ed. Natal, RN: EDUFRN, 2007.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)**. 3.ed. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2010.

NOTAS

ⁱ Monteiro, 2007.

ⁱⁱ Até meados do século XVIII, era chamada de Capitania do Rio Grande. Com o Tratado de Madrid, de 1750, passou a ser denominada Capitania do Rio Grande do Norte para se diferenciar da Capitania do Rio Grande do Sul.

ⁱⁱⁱ Andrade, 1981.

^{iv} Santos, 2010.